

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

SIMONE MARIANO DA SILVA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA DE SOCIOLOGIA NO
ENSINO MÉDIO.**

MACEIÓ

2014

SIMONE MARIANO DA SILVA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA DE SOCIOLOGIA NO
ENSINO MÉDIO.**

Monografia apresentada pela acadêmica Simone Mariano da Silva como exigência do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, sob a orientação da professora Evelina Antunes Fernandes de Oliveira.

MACEIÓ

2014

SIMONE MARIANO DA SILVA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO
MÉDIO, EM MACEIÓ, AL.**

Aprovada em 12/10 2014

BANCA EXAMINADORA

Profª Ms. Evelina Antunes Fernandes de Oliveira (orientadora)

Profº Dr. Júlio Cezar Gaudencio

Profº Ms. Gilson Rodrigues

CONCEITO FINAL: 8,7 (oito inteiros e sete décimos)

AGRADECIMENTOS

A Deus por está sempre presente em minha vida, sem o qual nada seria possível.

A toda minha família, em especial minhas mães Nisbel Castro Lisbôa, Maria das Dores de Oliveira e minha tia Jozete obrigada por participarem da minha vida e vitória.

Aos meus padrinhos, Maria Teresa Lisbôa que sempre tem uma palavra de conforto e ao Carlos da Silva por ter sido o único pai que tive, ele agora está ao lado de Deus.

Ao meu companheiro Caio de Moraes Pachioni por está comigo desde o início apoiando-me nas horas mais difíceis.

Aos amigos, que sempre incentivaram meus sonhos e estiveram sempre ao meu lado.

A Prof^a Evelina Antunes, que me acompanhou nessa jornada, transmitindo força e tranquilidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a forma de tratamento dado aos temas gênero e sexualidade nos livros didáticos adotados pelas escolas públicas de ensino médio, no período 2012-14. Para tanto, situamos estes temas no debate sobre juventude, escola, socialização e diversidade, assim como observamos as normatizações escolares. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental com análise de conteúdo.

Palavras chaves: sexualidade, gênero, livro didático de sociologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. JUVENDUDE, ESCOLA E DIVERSIDADE.....	06
1.1 Juventude e escola.....	06
1.2 Juventude e diversidade cultural.....	10
2. NORMATIZANDO A SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO...14	
2.1 As normatizações e os preconceitos dentro das escolas.....	14
2.2 As fontes de informação sobre sexualidade não estão na escola.....	19
3. GÊNERO E A SEXUALIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA..23	
4. OBSERVAÇÕES FINAIS.....	31
BIBLIOGRAFIA.....	33

INTRODUÇÃO

O objetivo é discutir a forma de tratamento dado aos temas gênero e sexualidade nos livros didáticos adotados pelas escolas públicas de ensino médio, no período 2012-14, situamos estes temas no debate sobre juventude, escola, socialização e diversidade, assim como observamos as normatizações escolares. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental com análise de conteúdo. É importante lembrar, como afirma Meucci (2013, p. 76) que o livro didático não serve apenas como ferramenta de ensino e aprendizado, mas como bem cultural. O desafio de transpor conhecimento acadêmico e científico para o universo escolar através do livro didático pede uma leitura simples, clara e acessível, algo trabalhoso e difícil.

Quando pensamos em ensino médio, nos vem à mente, adolescentes, juventude, maturação, crescimento, desenvolvimento social e, conseqüentemente, problemas a serem resolvidos. De fato, é nessa fase da vida do jovem estudante que há uma preparação intelectual, porém também uma preparação para a vida adulta, quando são construídas coletivamente suas identidades. E a escola, com certeza, tem sua grande parcela de participação entre tudo o que pode fazer esta juventude, essa relação entre juventude, escola e diversidade cultural foram utilizados os textos de Charlot Bernard, Lea Pinheiro Paixão, Juarez Dayrell, Helena Abramo, Pedro Paulo Branco, Maria Nobre Damasceno e Wivian Weller.

Quanto à normatização dos processos escolares, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), instituídos pelo governo federal em 1997, fez com que a educação sexual se tornasse conteúdo obrigatório, sendo tratado como tema transversal em todas as etapas da escolarização, as referências foram, Fabíola Cordeiro, Paulo Freire, Simone Bastos Guterres, Regina Novaes, Daniela Barsortti Santos, Rosalina Carvalho Silva e Swamy de Paula Lima.

No que se refere aos temas gênero e a sexualidade nos livros didáticos de sociologia foram feita uma análise documental, com recurso da análise de conteúdo, dos livros didáticos adotados no ensino médio, entre 2012-14, a partir da seleção das palavras gênero, sexualidade e família (ou arranjos familiares), para identificarmos o espaço ou a importância que as questões de gênero e sexualidade ocupam nos livros de Sociologia. Estes livros são distribuídos através da política pública Plano Nacional do Livro Didático-PNLD.

Portanto, os documentos estudados foram os livros didáticos e os conteúdos que foram analisados foram selecionados através da identificação das palavras e da frequência com que aparecem. Os livros em questão são *Sociologia para o Ensino Médio* de Nelson Dacio

Tomazi (2007) e o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* de autoria de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros (2010).

A falta de referência à pesquisa no tema gênero e/ou sexualidade nos livros didáticos, acarreta vários prejuízos para professores e alunos, ao longo do texto podemos observar alguns pontos.

Capítulo 1- Juventude, escola e diversidade.

Neste capítulo tratamos de algumas questões importantes para entendermos os jovens na escola. As pesquisas apontam a necessidade de entendermos os jovens como protagonistas sociais. Alguns estudos apontam para a importância de entendermos as relações institucionais das quais eles fazem parte, com destaque para a escola e a família. Se a escola é uma instituição importante na socialização da juventude, como ela se articula com a diversidade cultural desta mesma juventude?

1.1 Juventude e escola

Bernard Charlot (2006a) traz uma reflexão sobre a questão de valores e normas dos jovens na sociedade contemporânea, normas educacionais da família e dos próprios jovens e as questões da sexualidade e das relações amorosas e conjugais. De acordo com o autor, o jovem terá que enfrentar um paradoxo: a sociedade contemporânea que valoriza a juventude, demonstra não gostar da mesma.

O jovem é exaltado em todos os meios de comunicações como, na publicidade, nos discursos políticos, porém, quando o jovem tenta obter um emprego, é exigida experiência de trabalho, o que é intrigante, para ter experiência precisa de oportunidade, isso causa a ira dos jovens e com razão, pois exigir uma experiência prévia é descartar os jovens do emprego. Charlot (2006a) chama a atenção para a permanência do jovem contemporâneo mais tempo na família em relação às gerações anteriores, dizendo que não está relacionado só com o sentimento, mas sim com mundo adulto não está preparada a abrir-lhes as portas do emprego, da independência e das responsabilidades sociais.

O outro lado do problema é a complexa relação entre a sociedade e a juventude. À juventude falta um futuro. O autor diz que, por definição, a noção de juventude está ligada à idéia de um futuro amplo e aberto, porém como esperar um futuro no meio do caos, como energia nuclear, terrorismo e doenças novas e globalizadas, como a AIDS, doença “da vaca louca” etc.

Bernard Charlot argumenta que por causa de várias inseguranças como aquelas geradas pelas condições sociais, o jovem não sabe se vai estar no mesmo emprego no ano seguinte ou até mesmo vivendo com o mesmo cônjuge daqui a dois anos. A juventude contemporânea é uma geração responsável, porém, ela fica receosa de pensar no futuro, uma vez que o jovem vive no “presente estendido”, se adequando às oportunidades que surgem, como se no futuro as mesmas condições viessem a ocorrer. Isso não significa dizer que o

jovem deixe de acatar normas, sabendo que caso não sejam cumpridas, terá que sofrer suas consequências. A juventude, como qualquer outro grupo social, precisa dessas normas e valores para se estruturar.

Charlot (2006a) fala sobre a individualização dos valores, e começa fazendo uma distinção importante sobre individualização e individualismo. A primeira nos remete ao processo pelo qual o indivíduo faz sua própria escolha, entre o que é bom ou ruim para ele; já no segundo caso, o indivíduo só pensa em seu interesse pessoal, onde cada vez mais o coletivo está ficando de escanteio. As novas gerações querem tomar suas próprias decisões, ter o domínio da sua vida sem interferência de terceiros, a tendência é que cada um saiba o que é bom ou ruim para si mesmo. Mas não quer dizer que o jovem só pense nele, ao contrário, é comum ele se manifestar coletivamente, e o poder de expressão em todas as instituições se dá através de manifestações coletivas. A participação da juventude na política costuma repetir formas de gerações anteriores e não se resume somente às urnas, e sim adesão de partidos políticos, grupos militantes feministas, ecologistas, entre outras formas de participação não institucional, como os grupos culturais.

Ainda se referindo à individualização, (CHARLOT, 2006a) a partir de suas pesquisas, aponta três temas: a virgindade, considerada por muitos um tabu ultrapassado; a fidelidade, questionada pela nova geração e a homossexualidade, ainda em debate. Com relação à virgindade, parece não ser mais uma questão muito importante. Alguns rapazes e moças ainda seguem valorizando a virgindade, o que acontece é que o jovem tem que lidar com novos valores, porém, diante de normas antigas, muitas vezes, acabam misturando o caráter com perda da virgindade, ou seja, se sentem inferiorizados a partir da primeira relação sexual.

De acordo com Charlot (2006a), a fidelidade, para maioria dos jovens, deve ser recíproca e a vida conjugal se baseia na confiança mútua. Vemos que aderem às normas antigas, porém com alguns valores novos e são esses valores que se embatem com a interpretação sexista da norma oficial. Tais valores novos dizem que, diferente das normas antigas, a mulher está pensando do mesmo modo que os homens, em se tratando de fidelidade.

A mulher adotou as normas dos homens, tendo a opção de se recusar a ficar trancada em um comportamento imposto como feminino, e com isso, afirmam os seus direitos individuais.

Já a questão da homossexualidade é bastante distinta das anteriores, pois seu valor ainda está sendo debatido, principalmente entre os jovens. Há uma diferença enorme entre aqueles que consideram como certo o indivíduo ter a liberdade de escolher a sua orientação

sexual, e aqueles que atribuem a Deus a escolha dos sexos. O que este autor está nos falando é, na verdade, sobre alguns pontos importantes da socialização dos jovens e indica uma disposição positiva da juventude em relação às instituições, de um modo geral, e especialmente quanto à família e à escola. Entretanto, ele destaca a carência de estudos que tratem o jovem como sujeito social, ou seja, os estudos dos processos de socialização da juventude observam pouco o ponto de vista do jovem.

A pesquisadora Lea Paixão (2007) revela tensões existentes relacionadas ao processo de socialização como uma responsabilidade da escola e professores ou da família. Os professores reclamam que não conseguem avançar nos conteúdos, pois tem que ensinar comportamentos básicos domésticos, que seriam ser um dever dos pais. De outro lado, há pais que têm plena convicção que o processo de socialização é de inteira responsabilidade da escola. De fato, a responsabilidade é de ambos. Fica evidente, de acordo com a pesquisa realizada pela autora, que a escola está tendo que incluir em seu projeto pedagógico aulas de etiqueta, ou regras de comportamento amplamente aceitos, principalmente entre as populações de baixa renda. A maioria dos professores não aprova essa inclusão de atribuições em suas atividades, e esperam que os alunos já ingressem na escola, para iniciar o processo de conhecimento de ordem cognitiva, pois o papel primordial da escola é ensinar conteúdos e não ensinar como “saber entrar e sair de lugar”, “saber falar” e nem tão pouco “saber respeitar os outros”- etapas que seriam, segundo eles, dever da família e não dos professores e da escola. Acredita-se em uma divisão de tarefas, conforme uma professora entrevistada, de 22 anos, que trabalha com uma classe de segunda série do ensino fundamental em Copacabana (Zona Sul do Rio de Janeiro), que recebe crianças de favelas próximas:

Eu acho que está faltando, para o meu aluno, é o apoio da família, porque o aluno tem vindo para a escola sem a participação, ele é jogado aqui dentro. Então fica difícil para trabalhar a parte da aprendizagem, porque eu tenho que trabalhar a parte formativa dessa criança. Eu não posso trabalhar a parte da aprendizagem, eu tenho que trabalhar primeiro a formação dessa criança. [...] A família joga na escola e delega para a escola tudo. Você vai alimentar, educar, orientar. E acho que faz parte do nosso papel, mas em conjunto. Eu não acho que é minha função, até porque eu penso uma coisa e a família, outra. Eu tenho uma formação e a família, outra. A minha realidade é uma e a deles, outra. [...] Eles (os alunos) têm um conhecimento sim; hábitos, não! Eles têm muito pouco, eles não sabem sentar, eles ficam acorados, eles não sabem manipular o caderno, eles não sabem virar a folha, o caderno fica de cabeça para baixo. (Paixão, 2007, p. 224)

Podemos observar na indignação da professora em relação à família de seus alunos, o que de fato ocorre é a insatisfação de ambos os lados. Família e escola que deveriam andar do mesmo lado, estão em lados opostos. Estas tensões são muito mais complexas que se possa

imaginar, enquanto não houver a participação da família na escola o resultado não será positivo, pois o resultado final que é o aluno não conseguirá distinguir quem realmente é responsável por ele. A indignação da citada professora está exatamente na falta de divisão de tarefas, entre a escola e a família. O que está acontecendo é a escola ser considerada culpada se a criança não tem hábitos sociáveis básicos como o *por favor, desculpa, bom dia*, e assim por diante. Tais responsabilidades seriam o dever também dos pais ensinarem e não apenas da escola.

Por outro lado, fica claro que a família espera que estas orientações para a socialização aconteçam na escola. O que as professoras entrevistadas na pesquisa de Léa Paixão desejam nesse processo é uma parceria com a família. O que não é explicado nesta pesquisa é como fazer, ou seja, como a escola e a família podem compartilhar valores?

Para aumentar o problema ou tornar mais complexa esta situação, é preciso pensar também na diversidade cultural da sociedade contemporânea que apresenta múltiplos significados aos problemas sociais. Nesse sentido, acrescenta Müller (1999, p. 200) que: “à escola foi dada a tarefa de construir o sentimento e a identidade nacional através da difusão da história oficial, a disseminação de comportamentos, hábitos e valores próprios de sociedades urbanizadas e modernizadas [...]”.

A escola hoje em dia recebe crianças afastada a alguns anos, na sua maioria de origem pobre onde trazem para o universo escolar seu próprio estilo de vida, o que dificulta a organização do universo escolar. Os tempos mudaram os arranjos familiares e os papéis da mulher e do homem na sociedade atual, onde cada um carrega seu estilo de vida para dentro da sala de aula. A sociedade contemporânea tem suas peculiaridades, uma delas é a rapidez com que se dão as mudanças, pois tem que seguir um novo caminho, o que nas últimas décadas era primordial, agora não tenha mais tanta importância, isso se dá porque a escola mudou e a família também. A transferência de funções analisadas pelas professoras entrevistadas está relacionada com a mudança nas instâncias que se responsabilizam pela educação das crianças e jovens, pois, antigamente o papel da escola e da família eram mais conhecidos e aceitos por todos. Percebemos que estas mudanças ainda não foram bem aceitas por todos os envolvidos na questão da socialização juvenil.

Como dissemos no início deste capítulo, o que os pesquisadores apontam é a necessidade de todos os envolvidos nos processos de socialização da juventude compreenderem que o aluno - o jovem dentro da escola - deve ser também um protagonista. Faltam pesquisas que nos ajudem a entender melhor o que pensam os alunos.

1.2 Juventude e diversidade cultural

De acordo com Damasceno (2008: 03) o espaço educativo tem como objetivo formar uma juventude que construa uma relação social tanto individual quanto coletiva, pois se trata de um espaço onde possibilita a socialização e as práticas culturais. Considera-se que o jovem é um ator social, que não apenas absorve saberes adquiridos na escola e em suas relações sociais, mas também, na construção da sociedade, através de críticas, posições, transgressões, e, sobretudo uma mudança social, onde sua voz possa ser ouvida com seriedade.

Segundo Abramo (1997) existem duas vertentes, relacionadas à categoria juventude: a geracional e classista. A primeira nos remete a geração social, onde a juventude se não andar na linha é vista como uma anomia, um problema a ser solucionado. Sobre isto, Abramo acrescenta:

a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. (ABRAMO, 1997, p. 29).

Abramo afirma que tudo é entendido como uma fase de transição, a fase da infância para a vida adulta, e esse acontecimento é um momento específico e dramático de socialização.

Já a vertente classista da explicação sociológica da juventude, segue outra posição onde a mesma não faz apenas parte de uma fase anterior à fase adulta, e sim faz parte de um cotidiano cheio de diferenças gritantes, aonde cada jovem vai se comportar à sua maneira. Não há um padrão de comportamento juvenil, as expectativas perante a sociedade são infinitas e cada um vai deslumbrar-se, cair, acreditar, idealizar e tirar suas próprias conclusões, essa é a fase de sentir e tomar posições frente a tudo isso.

A pesquisa de Damasceno (2008:03) é direcionada para as camadas populares ainda carentes de várias formas de inserção social. De acordo com esta autora, os sujeitos ouvidos em sua investigação ainda acreditam que a escola seja a principal saída para superar a exclusão social, o que se torna uma contradição enorme, pois se trata de um espaço onde há vários indicadores de exclusão, seja por classe, cor, gênero, crenças diferentes. No entanto, na socialização e trocas de experiência nesse espaço educativo, o que se coloca é a necessidade de desconstruir a imagem do jovem pobre, ligado à marginalização ou à violência, como se

essa fosse característica apenas desse jovem. Quanto ao jovem de classe média, o problema da exclusão é mascarado e protegido pela sociedade. Entendemos então que ocorre muito preconceito na forma de entender o jovem na escola.

Outro ponto importante apontado por Abramo (1997) é a necessidade do jovem ser reconhecido como capaz de participar dos processos de investigação, negociação e invenção de seus direitos, para que o mesmo tenha credibilidade perante a sociedade. Esta pesquisa ressalta que a sociedade vive momentos de conflito e tensões, violência gerando mais violência, fazendo com que o jovem absorva tudo isso, tornando-se um espelho da sociedade, no qual esse espelho tem seu reflexo cheio de conflitos interiores e exteriores.

Damasceno (2008, p.04) apresenta uma outra questão importante no debate (nacional e internacional) acerca da juventude atual, diz respeito à diversidade cultural. Baseada nos autores Featherstone (1997), Hall (1997) e Candau (1997) esta autora afirma que surgem três argumentos bem diferentes: o primeiro aponta para a diminuição da distância geográfica através dos avanços tecnológicos, possibilitando o intercâmbio entre várias culturas e gerações; o segundo afirma que o resgate dos valores culturais estaria sendo ameaçado pelo consumismo dominante e colocando em risco culturas específicas; e o terceiro argumento, seria a exclusão social que não atinge a todos por igual, acentuando os processos discriminatórios, de racismo, de xenofobia, de manutenção de padrões sexuais. Isto tem maior impacto nos grupos socioculturais excluídos. Neste contexto, Damasceno argumenta que os processos educacionais levem em consideração uma sociedade cada vez mais multicultural e com diversas formas de exclusão.

Apesar de toda dificuldade do jovem da periferia, cercado de violência, do descompromisso do Estado, do crescente uso de drogas. Deve-se considerar também que todo tipo de jovem tende a ser curioso, ingênuo, utópico e, acima de tudo, preocupado com a solidariedade da comunidade. É possível reconhecer nele um sonho de uma vida melhor. E a escola participa desse crescimento.

Com estes autores, entendemos aqui que também temos poucas pesquisas que tratam a juventude e a diversidade cultural como questões sociais que têm impacto nas escolas.

De fato, até a década de 1990, as pesquisas educacionais não estavam preocupadas em realizar trabalhos sobre grupos femininos, no âmbito das culturas juvenis, ou mesmo uma reflexão sobre temas como relações de gênero e sexualidade. Foi a partir dos anos 2000, segundo Weller (2005), que o tema juventude começa a ser discutida, estudada e principalmente debatida pelos estudantes de antropologia, sociologia, abrindo espaço para outros cursos, como a pedagogia, a psicologia social, a comunicação, o serviço social, a

história, a educação física, entre outros. De acordo com a pesquisa de Weller, no período de 2000 a 2007, foi encontrado na área de ciências sociais um total de 20 dissertações e duas teses de doutorado; na educação foram defendidas 22 dissertações e cinco teses. É preciso então levar em consideração a existência de um número maior de programas de pós-graduação em Educação do que em Ciências Sociais. E sabemos que é nas Ciências Sociais onde mais se trabalha temas como diversidade cultural e exclusão social.

A produção de estudos e pesquisas sobre gênero e juventude ainda é bem pequena. De acordo com Weller (2005, p.107-126) a ausência de pesquisas sobre jovens e adolescentes do sexo feminino está relacionada ao desinteresse instaurado pela mídia, que está voltado para grupos juvenis preferencialmente do sexo masculino. Segundo a autora, isto se deve ao fato de que as preferências de gênero não se constituem em um tema de grande importância para os meios de comunicação, assim como não estão muito presentes nos estudos acadêmicos principalmente voltados para a escola.

A ausência de estudo sobre as culturas juvenis femininas trás uma série de problemas, como preconceito e estereótipos fazendo a desigualdade de gênero ficar mais acentuada. Para Castro, o baixo interesse e investimento de grupos feministas na compreensão das culturas juvenis estariam relacionados ainda “ao fato de as mulheres jovens ainda não se constituírem em um coletivo feminista, sujeito social de pressão, sujeitos de uma cidadania ativa e juvenil feminista” (2004, p. 298). Como a autora comenta, os interesses ligados à feminilidade ainda estão em fase de crescimento.

Quando pensamos em ensino médio, nos vem à mente, adolescentes, juventude, maturação, crescimento, desenvolvimento social e, conseqüentemente, problemas a serem resolvidos. Ainda temos muitas perguntas sem resposta. De fato, é nessa fase da vida do jovem estudante que há uma preparação intelectual, porém também uma preparação para a vida adulta, quando são construídas coletivamente suas identidades. Torna-se uma busca de saber sobre si, perguntas como: quem sou eu? O que quero fazer? Há uma busca incessante de significados do ser homem ou ser mulher, de construção de identidade de gênero e sexual. De acordo com o autor Dayrell (2007) é necessário que as pesquisas realizadas no ensino médio não se detenham apenas em conteúdos considerados importantes para formação profissional do aluno, mas que desenvolvam questões ligadas à identidade do indivíduo, que serão refletidas, de modo positivo ou não, em futura escolha tanto profissional quanto pessoal. Para tanto, afirma este autor, devemos procurar encontrar os sentidos atribuídos pelos próprios jovens à vida e, em particular, à escola.

Em estudo realizado por Grösz (2008) ficou claro que a categoria gênero quase não é discutida no ambiente escolar, apesar de ser reconhecido que as desigualdades de gênero estão visíveis. Segundo Grösz:

Essas desigualdades, sobretudo a de gênero, não se constituem num ‘problema’ para a escola que deva ser ‘resolvido’ imediatamente. Ela parece estar tão naturalizada, assimilada e internalizada nos/as professores/as, no cotidiano da escola, na organização e normas estabelecidas, que mesmo percebida em algumas facetas, ela não está ‘incomodando’ o *status quo* da escola. Uma articulação entre as categorias raça, etnia, gênero e classe social tampouco é realizada. Cada uma delas é percebida como um marcador social individual, que não se cruza e que é trabalhado separadamente, em forma de projetos (2008, p.138).

Uma das maiores dificuldades apontada por Grösz (2008) é a falta de qualificação dos professores/as, o que impossibilita uma percepção mais ampla na produção das desigualdades de gênero. Este autor acentua que é comum vermos professores reproduzirem seus preconceitos de gênero. Logo, o que se espera da menina ou do menino são comportamentos imutáveis. Deste modo há uma naturalização das diferenças, o que apresenta alguns problemas como veremos a seguir. Luana (2009, p. 115) realizou uma pesquisa em uma escola pública em Vitória-ES, na qual constatou que:

Bom comportamento é visto como uma característica feminina, e, portanto, rejeitada pelos estudantes do sexo masculino que “sentem a necessidade de se distanciar da imagem do bom aluno, acreditando que quando se distanciam dessa imagem guardam uma “esperteza”, uma certa vivacidade, se aproximando da imagem de “jovens astutos” (SANTOS, 2009, p. 115).

A discriminação existente nas escolas se dá aos papéis atribuídos para os homens e mulheres, evidenciando a fragilidade como uma característica feminina, enquanto que o homem é exaltado por sua masculinidade. Isto se torna questionável, pois os jovens estão no mesmo ambiente, mas se sentem em mundos diferentes. Em geral, aos alunos são permitidas certas coisas diferentes daquelas permitidas às alunas. Acabar com o silêncio e o tabu em torno das questões de gênero e sexualidade requer professores/as, gestores/as preparadas para lidar com conflitos pertinentes ao tema no cotidiano. Uma sociedade machista e/ou homofóbica, na qual a discriminação é clara, deveria ter no ambiente escolar um espaço para a crítica e não apenas para a reprodução dos preconceitos.

Podemos concluir que onde há diversas culturas, há vários mundos diferentes, que se não forem trabalhados, continuam a perpetuar mais preconceito em relação ao gênero e sexualidade dentro ou fora do âmbito escolar.

Capítulo 2. Normatizando a sexualidade nas escolas de ensino médio

Entre os vários pontos presentes no tema da diversidade cultural associada à juventude, destacamos dois: gênero e sexualidade. Veremos neste capítulo os compassos e descompassos entre as orientações oficiais para o ensino médio e o cotidiano escolar, no que diz respeito à normatizações escolares para o ensino médio.

2.1. As normatizações e os preconceitos dentro das escolas

Segundo Carvalho (1999-2006), as pesquisas realizadas sobre juventude empregando as categorias gênero e sexualidade começaram a surgir a partir da segunda metade dos anos de 2000. Se comparado ao tema “juventude e relações de gênero no ensino médio”, o conjunto de trabalhos sobre sexualidade, que tomam a escola como lócus da pesquisa, é bem maior. No geral, as escolas tratam dos conceitos gênero e sexualidade através de temas como a educação sexual, que englobam a sexualidade na escola, a gravidez precoce, a homossexualidade ou a homofobia na escola.

Do ponto de vista da normatização dos processos escolares, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), instituídos pelo governo federal em 1997, fez com que a educação sexual se tornasse conteúdo obrigatório, sendo tratado como tema transversal em todas as etapas da escolarização. Observamos que a maioria das pesquisas realizadas está voltada para a gravidez na adolescência dos jovens brasileiros. As pesquisas realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que as jovens possuem “estratégias de coerção sexual para obter sexo de seus parceiros”, onde de certa forma está ligado ao tema gravidez na adolescência. Segundo Fabíola Cordeiro (2008), mesmo que os estudos não sejam muitos, aqueles que trabalham a questão de gênero apontam outros problemas:

Em geral, as mulheres têm sido os sujeitos privilegiados nos estudos sobre gênero e violência. Pouco se sabe sobre as motivações, os sentidos e as representações que informam as práticas e vivências masculinas envolvendo, por exemplo, sexo contra vontade, seja como agente ou como alvos de constrangimento” (2008, p. 02).

Nesse sentido, a autora analisou relatos de jovens de ambos os sexos sobre situações em que travaram contatos e/ou intercursos sexuais contra vontade e em que haviam se

utilizado de estratégias de coerção sexual para obter sexo de seus parceiros. A autora conclui que

os homens aparecem como agentes e alvos das estratégias de coerção constitutivas dos processos locais de negociação em torno do exercício sexual. Tal afirmação não implica questionar a condição de vulnerabilidade das mulheres, sobretudo, às violências mais graves e praticadas por parceiros íntimos ou às variadas articulações entre violência e masculinidade na cultura brasileira. Ela revela a complexidade das dinâmicas que engendram as relações de poder entre os gêneros, evidenciando o equívoco de reduzi-las a uma oposição simplista agressores/homens x vítima/mulheres.

Fica claro, através da pesquisa, que os estereótipos de mulheres como sexo frágil e de homens fortes está caindo em desuso, pois já foi demonstrado que nem sempre o agressor é o homem.

Por sua vez, as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) recomendam que os conteúdos da disciplina Sociologia no ensino médio desnaturalizem os problemas sociais, para que os alunos possam desenvolver o pensamento crítico. Acredita-se que assim, o aluno terá a possibilidade de olhar criticamente o seu próprio cotidiano. Sobre este assunto, Bastos (2003), propõe a construção de um novo *ethos* no ambiente escolar, dizendo que a disciplina sociologia não deveria ser a única responsável para lidar com este problema, sugerindo um tratamento interdisciplinar, dentro da grande área de Humanas. Não se pode perder de vista que questões de gênero exercem fortes apelos na atenção dos alunos de ensino médio. Alguns autores afirmam que é possível observar a curiosidade dos alunos, pois todos querem debater e entender seu lugar no mundo, o que inclui discutir o papel do homem, da mulher e suas diferenças que são socialmente construídas. Porém, ainda temos escolas que não conseguem fazer isso.

Esta mesma autora nos chama a atenção para a prática pedagógica utilizada na escola quanto ao tema gênero. A grande dúvida é como articular este tema à teoria sociológica, de modo adequado ao ensino médio ou fundamental.

Outro aspecto importante desta questão, ainda segundo a mesma autora, é como obter tal desconstrução de mitos, de ideologias, de senso-comum no ambiente escolar. Verifica-se que a escola é repleta de preconceito, e é neste ambiente que o aluno tenta construir sua identidade social. O sociólogo Pierre Bourdieu (citado por Bastos, 2003, p. 254), que já havia identificado nas escolas uma associação ao masculino, e uma desvalorização do feminino. A autora chama a atenção para que os docentes de sociologia possam fazer um debate pedagógico, que inclua as relações de poder na sociedade como todas as diferenças de gênero

que estão presentes nas relações sociais, portanto, no interior da escola. Estes professores precisariam rever seus modos de pensar, de agir, de compreender, de absorver, de impor-se, para lidar com diferentes comportamentos.

Ao estudar o papel do professor, Paulo Freire rebate o modelo que é utilizado na maior parte das escolas, onde o aluno não é estimulado a questionar, mas sim a repetir. Tal modelo é baseado na memorização e na fragmentação do conhecimento especializado. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* traz uma crítica a este modelo no qual, o docente detém o conhecimento e seu papel é transmiti-ló, como se o aluno fosse um pote vazio e o qual fosse preciso ser cheio. Isso dificulta a reflexão e a construção de opinião própria do aluno. Assim, podemos entender que os preconceitos tendem a se reproduzirem. De acordo com o autor este modelo de educação privilegia a manutenção da ordem. Segundo Freire,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicisticamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações como o mundo (FREIRE, 2005, p. 77).

A Sociologia pode e deve contribuir para as várias perguntas, na sua maioria sem resposta, para o indivíduo em relação a este mundo, a Sociologia fica com a tarefa de debater na escola e contribuir para criar um novo *ethos* na escola, é preciso estimular nosso aluno a fazer parte dessa mudança onde os padrões são questionados e reavaliados, onde um tema como gênero possa aguçar a imaginação sociológica do aluno sem preconceitos, onde o questionamento é permitido como também a possível solução para tais problemas advindos no ambiente escolar e que o aluno tenha satisfação de fazer e experimentar o diferente, o que não significa que será o errado. Portanto, entendemos que a Sociologia no ensino médio pode vir a ser um espaço de discussão para entendermos alunos e professores como sujeitos do espaço escolar.

Mesmo diante da grande repercussão deste livro no Brasil, nos anos 1970, este tipo de compreensão do processo escolar, ainda nos dias atuais, não é muito aplicado. Como já dissemos anteriormente, ainda faltam muitas pesquisas que expliquem, de modo abrangente, o que são e o que querem os sujeitos que fazem a escola.

Do ponto de vista das políticas públicas para a educação, várias ações foram feitas no Governo de Inácio Lula da Silva, em 2005, de acordo com a autora Swamy de Paula (2013). Foram criadas políticas públicas que priorizavam a juventude e sua diversidade, uma delas

ganhou o destaque intitulada como ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens, onde um dos maiores desafios do governo era fazer com que o Estado interagisse construindo uma política sólida para a juventude brasileira, como também fazer com que esses mecanismos de política fossem institucionalizados. A intenção do programa era alcançar a juventude pobre, sem vínculo formal de trabalho, situado em centros urbanos e com baixa escolarização, o que não é difícil de encontrar nas capitais de todo país. O objetivo era fazer o jovem concluir o ensino fundamental, preparar-se para o mundo do trabalho, através de cursos profissionalizantes, e aumentar o vínculo de ações de cidadania em sua comunidade.

De acordo com a Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, fica evidenciado que o ProJovem foi apresentado como um programa experimental, tendo como finalidade e objetivo bem específico:

proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre: a) elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; b) qualificação com certificação de formação inicial e c) desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Como objetivos específicos, são mencionados: a) a reinserção do jovem na escola; b) a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; c) a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (BRASIL, 2005, p. 13).

De fato sabemos que a intenção do Governo é plausível, no entanto o jovem pobre tem suas particularidades, o fato de pertencer à classe desfavorecida não significa que todos são desfavorecidos da mesma maneira. A dificuldade maior está na diversidade desse perfil, como abranger a todos de forma positiva se, na realidade, são tão desiguais? De acordo com sua própria posição na sociedade, sua identidade, sua vida já está traçada, por ser pobre já está estigmatizado, já carrega consigo uma série de suposições decorrentes de sua condição econômica, então para que isso seja amenizado os profissionais da área, no caso, os professores de jovens carentes, precisam estar preparados para a árdua tarefa de fazer sua vida escolar ter um rumo diferente de sua realidade, ajuda-los a construir sua identidade social, ter um olhar diferenciado sobre as modificações de seu comportamento, o projeto para conseguir êxito precisa trabalhar em cima da vida social do jovem, sua vida cotidiana, a dificuldade de ser diferente, por estar em um patamar visto como atrasado, diferenciado e até vergonhoso para eles. Vemos aqui que as diferenças sociais e econômicas entre os jovens geram situações diferentes quanto à sua identidade cultural e também quanto à sua disponibilidade ou interesse em relação à escola formal, mas apesar de toda dificuldade vivida desses jovens ainda é possível ver o interesse em alcançar objetivos como estudo e uma profissão. A diferença de

gênero é observada por Swamy de forma bem interessante, além de existir diferença em ser intitulado como jovem dependendo de sua condição financeira, as mulheres estão participando e concluindo o curso de forma positiva, enquanto que a evasão escolar é mais acentuada entre os homens, alguns por terem que sustentar a família e outros por não acreditarem que é possível mudar de vida.

O PROJOVEM ainda está em fase de maturação, tem muita coisa a ser feita, a ser considerada, uma delas a diversidade existente nos jovens brasileiros, uma realidade que precisa ser explorada em conjunto com os municípios e estados.

Voltando ao ensino médio regular, sobre o qual a maioria das pesquisas aqui apresentadas foram feitas, e onde se concentra a maior parte dos jovens brasileiros, a política educacional do governo federal também pode ser criticada do ponto de vista das normatizações em vigor.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural: Orientação Sexual (2001), o debate sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus se intensificou a partir da década de 70. Há registros de discussões e de trabalhos desde a década de 20, conforme a retomada contemporânea dessa temática, junto com os movimentos sociais se propôs, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados.

Foi a partir dos anos 1980, que a demanda de trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre o assunto em casa (PCNs).

A orientação sexual na escola, de acordo com os PCNs deve ser uma ferramenta de estudo, para trazer problemas à tona, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não diretiva proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal

postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que ser mantido como vivência pessoal.

Alguns conteúdos foram selecionados de acordo com a vivência da sexualidade em cada indivíduo incluindo fatores de ordens distintas: aprendizado, descoberta e invenção.

- Relevância sociocultural;
- Consideração às dimensões biológicas, psíquica e sociocultural da sexualidade;
- Possibilidade de conceder a sexualidade de forma saudável, prazerosa e responsável.

Com ajuda desses critérios, os conteúdos foram organizados em três blocos:

- Corpo: matriz da sexualidade.
- Relações de gênero.
- Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/ AIDS.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, dizem que os conteúdos de Orientação Sexual podem e devem ser flexíveis, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma a cada momento. Podem-se encontrar programas de Orientação Sexual, no qual inclui tópicos como pornografia, prostituição, abuso sexual, métodos contraceptivos, desejo sexual, masturbação entre outros. Tais conteúdos devem possibilitar a abordagem dos diferentes assuntos, que variam de acordo com a faixa etária, cultura regional e fatos contemporâneos veiculados pela mídia ou vividos por uma dada comunidade. O desafio que se coloca é o de dar visibilidade a esses aspectos, considerada fundamental; porém, há uma estreita ligação entre eles, o que forma uma unidade coerente com a concepção de sexualidade adotada. Ou seja, novamente os estudos apontam para a falta de pesquisas sobre a forma como questões como gênero e sexualidade são trabalhadas nas escolas, embora nas universidades sejam encontradas várias referências.

2.2 As fontes de informação sobre sexualidade não estão na escola

Como o tema da sexualidade, de modo geral, não é discutido apenas dentro da escola, as pesquisadoras Santos e Silva (2008) analisaram duas revistas que discutem a formação e valores entre os jovens. As revistas *Capricho* e *Todateen* foram o objeto de estudo analisado pelas professoras Daniela Barsortti e Rosalina Carvalho (2008) sobre a publicação intitulada

(Ideais de mulher) estética, visão de corpo e relações afetivo-sexuais veiculadas pela mídia escrita em revistas direcionadas ao público jovem no contexto brasileiro. De imediato, observamos a mudança da relação tempo-espaço onde a chegada da globalização trouxe uma modernidade tardia alterando de modo significativo toda nossa relação social e principalmente à identidade dos jovens entrando na fase de incertezas, descobertas, acabam adquirindo receitas de estilo de vida. Através da mídia, são divulgados verdadeiros manuais de como construir sua própria identidade. É comum adolescentes seguirem tais manuais para assim serem iguais aos demais, pois sendo “iguais”, serão aceitos no meio que vivem.

Há vários estudos no qual trás a mídia como uma das principais influências na vida do jovem brasileiro. Barsortti e Carvalho mostram alguns estudos interessantes sobre o assunto, como as pesquisas de Ribeiro e Moore (2002) e Serra e Santos (2003) que estudaram como a saúde reprodutiva é discutida por seções das revistas *Capricho* e *Querida*, dirigidas ao público jovem. O estudo dá ênfase ao caráter normativo que algumas matérias das revistas possuem em relação aos comportamentos sexuais e práticas de sexo seguro. Outros estudos mostram que, além de normativas, as informações mostravam-se ambíguas, como no caso estudado por Serra e Santos (2003), no qual fizeram uma análise dos conteúdos de uma revista para adolescentes que abordava as práticas alimentares de emagrecimento.

Sabemos que a mídia tem uma participação enorme no processo identitário dos jovens, porém tal realidade ainda possui um espaço para reflexão dos jovens. O objetivo da pesquisa foi discutir as ideias de feminilidade, os modos e formas previstas para a mulher, considerando aspectos ligados à sexualidade, à saúde sexual e as relações entre gêneros. As revistas *Capricho* e *Todateen*, pesquisadas por Barsortti e Carvalho (2008), são direcionadas para adolescentes e possuem manuais, guias de conduta. Costumam sugerir, por exemplo, como a garota deve fazer para beijar bem, ou oferecem dicas para as bocas virgens com finalidade de satisfazer de maneira positiva os garotos. É interessante pensar que, ainda nos dias atuais, existam condutas comportamentais extremamente machistas, ambas as revistas intitulam algum manual ou receita para os garotos. Nesta abordagem, foi discutido o significado de “amasso” e ficou clara a diferença entre os pontos de vista dos meninos e das meninas. A opinião dos meninos não está vinculada a sentimentos ou laços afetivos. Enquanto as meninas entendem que o amasso está relacionado ao “tesão”. Elas se preocupam em fazer ou não por receio de serem julgadas, pois tudo está ligado ao sentimento, pensamento este que vem se arrastando pela cultura, onde o romantismo pertence ao mundo feminino.

Várias matérias publicadas pelas revistas, tais como prevenção, iniciação sexual, de fato trás pontos negativos e positivos, como ficar atento à visita ao ginecologista, lembrar que

o uso do preservativo está ligado não só a DSTs, mas também uma gravidez indesejada, porém isso tudo tem que partir da menina, como se a responsabilidade fosse exclusividade sua, e não dos meninos. Por outro lado, as revistas chamam a atenção para a autonomia do próprio corpo, em contra partida não estimulam um dialogo entre os sexos. O que existe na verdade é um monologo, no qual é exposto a opinião exclusiva dos meninos, e um espaço bem reduzido onde é exposto o ponto de visto das meninas.

Podemos observar que há um embate entre ideais de feminilidade, aspectos da sexualidade, saúde sexual e relações entre gêneros, diferentes tipos de ideias em que a masculinidade e o ideal masculino são postos em evidência. Na relação de gêneros há uma valorização heterossexual, a relação monogâmica duradoura, destacando a valorização do amor romântico para as mulheres. As relações entre homens e mulheres estão ligadas há padrões que ainda persistem nos dias atuais, tais relações não conseguiu acompanhar a modernização. Com o pensamento moderno, tivemos mudanças histórico-culturais significativas ao longo dos tempos, isso é um fato, porém certos padrões e preconceitos ainda são reproduzidos em ambos os gêneros.

Os autores acima demonstram que a sexualidade não é bem trabalhada nas escolas e que outras fontes de informação extraclasse são também importantes para a compreensão escolar do problema. Este tema precisa ser trabalhado melhor, uma vez que a educação sexual está prevista no PCN's e costuma fazer parte dos projetos pedagógicos das escolas. Os autores defendem que o tema da sexualidade seja mais trabalhado nas escolas, tentando diminuir as curiosidades e dúvidas que possam existir na vida sexual dos adolescentes ou jovens. De acordo com a pesquisadora Ivana Carla, na década de 1990, a preocupação dos educadores quanto à inserção de um programa de Orientação Sexual no currículo escolar se intensificou. Em 1996, é lançado pelo Ministério do Desporto e Educação um documento sobre a Orientação Sexual – no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's -, como tema transversal, visando ser um referencial fomentador da reflexão sobre os currículos escolares, uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas escolares. Os professores se detêm nos aspectos mais ligados a questões biológicas de anatomia e reprodução, e costumam deixar duvidas nos alunos. Desta falta de informação decorre certa facilidade para as piadas, brincadeiras, comentários preconceituosos, estimulados pela ausência de uma discussão dentro da escola que apresente pontos de vista críticos sobre a questão de gênero e sexualidade, fato reconhecido dentro da própria normatização.

[...] Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade. [...] (BRASIL/MEC, 1999, p.292).

Concluimos que existe um relativo impasse entre as normatizações sobre os temas trabalhados no ensino médio, no que diz respeito à sexualidade e ao gênero e que os jovens estudantes ainda estão longe de serem os protagonistas nos estudos e pesquisas sobre o tema, ainda que seja uma recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A escola junto com seus docentes ainda tem certa dificuldade em trabalhar na sala de aula temas como gênero e sexualidade. No entanto, através de políticas públicas e qualificação dos professores(com atualização bibliográfica), os alunos se sintam motivados a prestar mais atenção nestes temas.

Capítulo 3- Gênero e a sexualidade nos livros didáticos de sociologia

Neste capítulo foi feita uma análise documental, com recurso da análise de conteúdo, dos livros didáticos adotados no ensino médio, entre 2012-14, a partir da seleção das palavras gênero, sexualidade e família (ou arranjos familiares), para identificarmos o espaço ou a importância que as questões de gênero e sexualidade ocupam nos livros de Sociologia. Estes livros são distribuídos através da política pública Plano Nacional do Livro Didático-PNLD. Portanto, os documentos estudados foram os livros didáticos e os conteúdos que foram analisados foram selecionados através da identificação das palavras e da frequência com que aparecem.

Vale lembrar que o livro didático de Sociologia deve conter os conteúdos de Ciências Sociais. E ambos os livros não tratam igualmente dos conteúdos de antropologia, ciência política e sociologia. Esta última é a que aparece mais vezes.

Como o livro de Sociologia nas escolas é um fato recente, já começam a aparecer várias críticas, como a de Simone Meucci (2013) onde é feita uma análise abrangente dos livros. A autora destaca sua importância: “(...) os livros não se constituem apenas como ferramenta de ensino e aprendizado, mas também como bem cultural, matriz curricular e instrumento de formação docente” (2013, p. 75).

Meucci identifica nos livros didáticos em uso no país, “dois tipos de sentidos atribuídos à sociologia escolar. 1) prescrição de conduta politicamente correta, 2) denúncias das injustiças da sociedade atual” (2003, p. 76). A autora demonstra que isto pode trazer problemas para a sala de aula, já que estes sentidos podem ser entendidos de muitas maneiras. Ela conclui que nestes livros faltam os conteúdos das pesquisas atuais que são feitas dentro das Ciências Sociais, nas universidades.

Nesta monografia temos como objetivo investigar de que maneira estes temas - gênero e sexualidade - são ou podem ser trabalhados nas salas de aula com o uso do LD. Os capítulos foram localizados a partir da identificação destas palavras nos temas centrais, conceitos e palavras-chave especificadas no manual do professor (MP).

A partir de uma primeira leitura para termos uma visão geral das obras, identificamos que as questões de gênero e sexualidade, quando aparecem, estão ligadas ao conceito de família e de desigualdade social. Como nosso referencial teórico identifica estes temas como importantes para entendermos os processos de socialização, procuramos suas relações tanto com a família quanto com a escola. Desta primeira seleção, partimos para a sistematização do

uso destes temas no livro do aluno (LA) e no manual do professor (MP), que juntos formam a obra chamada livro didático, conforme demonstramos a seguir nos quadros 1 e 2.

Conforme o Guia do Livro Didático (MEC/INEP/PNLD, 2012), o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* de autoria de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros apresenta uma abordagem bastante original, parte do livro consiste em apresentar os conteúdos da teoria sociológica, mobilizando o cinema como recurso principal.

Na descrição geral desta obra, no Guia (2012, p. 28) afirma-se que:

A partir das cenas descritas do filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, o livro introduz alguns dos conceitos e teorias fundamentais das Ciências Sociais que procuram analisar ações, pensamentos e sentimentos típicos da vida urbana industrial moderna.

O livro estabelece uma homologia entre o cinema e as Ciências Sociais, os apresenta como modalidades distintas de consciência da vida social moderna, dando ênfase na utilização de autores pouco usuais da teoria social, tais como Simmel, Foucault, Walter Benjamin e Tocqueville, além das sínteses dos clássicos, Weber, Max e Durkheim.

Quadro 1- Frequência das palavras família, gênero e sexualidade no livro didático *Tempos Modernos, Tempo de Sociologia*. Livro do Aluno (LA) e Manual do Professor (MP).

Palavra investigada	Família (ou arranjos familiares)
Capítulo 12	Título: Brasil, mostra tua cara!
Temas centrais (MP)	Desigualdades regionais brasileiras; as instituições sociais e o processo de socialização (família e escola); mudança social: estrutura, comportamento, cultura.
Conceitos e palavras-chave (MP)	Cultura; desenvolvimento; IDH; PIB; urbanização; migração; socialização; regiões metropolitanas; educação; arranjos familiares.
Objetivos (MP)	-Entender que, apesar da unidade territorial e linguística, o Brasil apresenta muitas realidades distintas de prosperidade e pobreza; de qualidade de vida nas diferentes regiões; de oferta de serviço; de manifestações culturais etc.; -Entender que dois dos indicadores que compõem o IDH brasileiro, educação e saúde, tem ofertas desiguais dentro do território nacional e que isso interfere na qualidade de vida e nas oportunidades dos cidadãos brasileiros; -Compreender como o processo de urbanização brasileiro, desencadeado na década de 1950, contribuiu para modificar costumes e aspectos da estrutura da sociedade e que a vida nos grandes centros urbanos é permeada por inúmeros paradoxos; -Compreender algumas alterações na vida privada dos brasileiros (arranjos familiares) relacionadas com a urbanização e a modernização

	da sociedade.
Bibliografia citada no capítulo (LA)	<p>IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). http://www.ibge.gov.br/home/. Acesso em 27/1/2008.</p> <p>PRADO, Miguel Arcanjo. <i>Folha Online</i> (11/4/2008) http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u391165.shtml. Acesso em 2/2/2009.</p> <p>PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/Brasil). http://www.pnud.org.br/idh/ (com ligeiras adaptações). Acesso em 28/01/2009.</p> <p>RODRIGUES, Aryon Dall`Igna. Título do artigo da Revista Ciência e Cultura [online], 2005, v.57, n.2, p.35-38. http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf. Acesso em 28/1/2009.</p>
Bibliografia recomendada (MP)	<p>-BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. <i>Os desafios da educação no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.</p> <p>-FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Org.). <i>Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.</p> <p>-FRÚGOLI JR., Heitor. <i>Sociabilidade urbana</i>. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Lucia Lippi de. <i>O Brasil dos imigrantes</i>. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.</p> <p>-PEIXOTO, Clarice Ehlers(Org.). <i>Família e envelhecimento</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.</p>
Ocorrência da palavra por tipo de atividade didática (LA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorando a aprendizagem: apenas 1 caso entre 6 atividades propostas. 2. Assimilando conceitos: nenhuma. 3. Olhares sobre a sociedade: nenhuma. 4. Exercitando a imaginação sociológica: toda a atividade discute os arranjos familiares 5. Sessão de cinema: entre 3 sugestões de filmes, um diz respeito às relações familiares 6. De olho no ENEM: entre os 6 exercícios do ENEM apresentados, apenas em 1 ocorre a palavra família.
Palavra investigada	Gênero
Capítulo 16	Título:Desigualdade de várias ordens
Temas centrais (MP)	As desigualdades sociais, de gênero e étnicas no Brasil.

Conceitos e palavras-chave (MP)	Igualdade/desigualdade; gênero; etnia; igualdade de oportunidade; igualdade de condição; Estado de bem-estar social; meritocracia; justiça/injustiça; exclusão/inclusão social; discriminação; racismo; ação afirmativa.
Objetivos (MP)	<ul style="list-style-type: none"> -Entender a centralidade do tema desigualdade para as ciências sociais; -Entender a noção de desigualdade, sua presença em diversos campos e o fato de que as diferentes desigualdades muitas vezes se reforçam; -Entender as influências das desigualdades de gênero e de cor na educação e no mundo do trabalho -Conhecer interpretações a respeito das desigualdades étnicas no Brasil <ul style="list-style-type: none"> – Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira; -Conhecer o tratamento dado ao racismo pelas leis brasileiras.
Bibliografia citada no capítulo (LA)	<p>BARBOSA, Livia. <i>Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 22.</p> <p>FREYRE, Gilberto. <i>Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal</i> [1933]. Rio de Janeiro: Record, 1992.</p> <p>FERNANDES, Florestan. <i>A integração do negro na sociedade de classes</i>. São Paulo: Ática, 1978. 2 vol.</p> <p>GODOY, Denyse. <i>Folha de S. Paulo</i>, 19 de novembro de 2008.</p> <p>HASENBALG, Carlos A. <i>Discriminação e desigualdades raciais no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Graal, 1979.</p> <p>NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca, preconceito racial de origem. <i>Tempo Social, Revista de Sociologia da USP</i>, vol. 19, n. 1., nov. 2006 [1983]. p. 291-292.</p> <p>SCALON, Celi (Org.). <i>Imagens da desigualdade</i>. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj/Ucan, 2004.</p> <p>VERISSIMO, Luis Fernando. Racismo. Disponível em http://literal.terra.com.br/verissimo/. Acesso em 1/2/2009.</p>
Bibliografia recomendada (MP)	<p>DUBET, François. <i>As desigualdades multiplicadas</i>. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.</p> <p>HASEMBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. <i>Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida</i>. Rio de Janeiro: Faperj; Iuperj;</p>

	<p>Topbooks, 2003.</p> <p>SCHWARTZMAN, Simon. <i>As causas da pobreza</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.</p> <p>SEM, Amartya. <i>Desigualdade reexaminada</i>. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.</p>
Ocorrência da palavra por tipo de atividade didática (LA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorando a aprendizagem: apenas 2 casos entre as 5 atividades propostas. 2. Assimilando conceitos: nenhuma. 3. Olhares sobre a sociedade: nenhuma. 4. Exercitando a imaginação sociológica: parte de atividade questiona a desigualdade de gênero. 5. Sessão de cinema: nenhum. 6. De olho no ENEM: nenhum.

Entre os 20 capítulos que compõem este livro didático, intitulado “*Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*”, foi identificada a ocorrência das palavras família, gênero ou sexualidade em apenas dois capítulos, como mostra o quadro acima. Esta baixa frequência nos indica que existem poucas oportunidades para alunos e professores ainda que os mesmos estejam presentes em programas de orientação sexual, dentro das escolas, os professores precisam se qualificar, estarem preparados para lidar com tais temas, como mostra o quadro acima quando há ocorrência das palavras nos capítulos está relacionado à desigualdade social, discriminação e preconceito. Ou seja, as escolas não deixam de lado os temas pois trabalham com estes programas, mas no dia-a-dia da sala de aula, eles não são muito estudados. Fica claro que estas palavras aparecem ligadas aos temas “desigualdade social”, “relações entre homens e mulheres” e “arranjos familiares”. Este pode ser um modo de colocar as palavras gênero e sexualidade dentro do debate das Ciências Sociais, mas aparecem poucas vezes no livro didático (LD) e principalmente não se referem às muitas pesquisas que são produzidas academicamente.

Na bibliografia do capítulo 12, gênero e sexualidade são tratados como questões que estão em mudança dentro de nossa sociedade. No capítulo 16 a bibliografia indicada para o professor marca bem o vínculo dos temas gênero e sexualidade ao problema da desigualdade social.

Quanto às atividades didáticas, as palavras selecionadas aparecem poucas vezes. Nas duas atividades sugeridas na seção *Monitorando a aprendizagem*, que trabalham o conceito gênero, uma aparece ligada ao conjunto das desigualdades sociais e a outra propõe pensar este conceito como uma questão cultural.

Quando relacionamos os objetivos do capítulo com os temas, conforme exposto no MP, percebe-se que o debate sobre sexualidade fica em segundo plano.

A complexidade da sociedade brasileira foi tratada neste capítulo a partir de diversos temas: as desigualdades regionais e locais em termos de desenvolvimento econômico e social; a diversidade cultural presente no território brasileiro; a urbanização que “redefiniu” o Brasil nos últimos cinquenta anos e as consequências desse processo sobre os costumes dos brasileiros, tomando como exemplo as famílias. Esta não deixa de ser uma forma interessante de apresentar os conceitos ou temas que escolhemos estudar, no conjunto dos conteúdos de Ciências Sociais que devem estar presentes na sala de aula de Sociologia, no ensino médio.

Conforme o Guia do Livro Didático (MEC/INEP/PNLD, 2012), o livro *Sociologia para o Ensino Médio* de autoria de Nelson Tomazi traz uma visão convencional do conteúdo das Ciências Sociais, uma das principais virtudes é a linguagem adequada para o ensino médio.

Na descrição geral desta obra, no Guia (2012, p. 28) afirma-se que:

A obra traz uma visão convencional do conteúdo das Ciências Sociais. Uma de suas principais virtudes é a linguagem adequada para o ensino médio. A adequação textual é ainda complementada pelo cuidado gráfico da edição, cuja diagramação, definição de cores e excelência na reprodução de imagens zelam pelo bem-estar visual. Ainda que essa não seja a qualidade mais reclamada de um livro didático, é inegável que a excelência editorial somada à adequação do texto torna mais atrativo o conteúdo, auxiliando na aproximação do aluno com o conhecimento sociológico. Devemos destacar, ainda, as sugestões pertinentes de livros e filmes contidas no livro (sempre acompanhadas de boas sínteses) e o recurso a poesias, letras de músicas e excertos de textos bem selecionados.

Quadro 2- Frequência das palavras família, gênero e sexualidade no livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*. Livro do Aluno (LA) e Manual do Professor (MP).

Palavra investigada	Família
Capítulo 2	Título: O processo de socialização
Temas centrais (MP)	A sociedade dos indivíduos
Conceitos e	O que nos é comum; as diferenças no processo de socialização; tudo

palavras-chave (MP)	começa na família.
Objetivos (MP)	Incentivar os alunos a observar que a vida particular está vinculada à sociedade e que o dia a dia das pessoas se relaciona a acontecimentos próximos e distantes, no tempo e no espaço.
Bibliografia citada no capítulo (LA)	A imaginação Sociológica, de Charles Wright Mills. Zahar. “Contradições de classe”, em Dialética e Capitalismo, de Octávio Ianni. Vozes. O Mito do Herói Nacional, de Paulo Miceli. Contexto.
Bibliografia recomendada (MP)	DUBAR, Claude. <i>A socialização: construção das identidades sociais e profissionais</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005. ELIAS, Norbert. <i>A sociedade dos indivíduos</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1994. NETTO, J. P., CARVALHO, M. C. Brant. <i>Cotidiano: conhecimento e crítica</i> . 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
Ocorrência da palavra por tipo de atividade didática (LA)	1. Cenário da sociabilidade contemporânea: nenhum. 2. Para refletir: nenhum. 3. Para organizar o conhecimento: nenhum. 4. Livros recomendados; nenhum. 5. Sugestão de filmes: entre 3 sugestões de filmes, um diz respeito às relações familiares na contemporaneidade.

Ao analisar os capítulos do livro didático “*Sociologia para o ensino médio*” de Tomazi, só no capítulo 2 são mencionadas as relações familiares, inseridas no contexto de socialização, mas nada muito profundo. Como mostra o Quadro 2, as palavras gênero ou sexualidade não são exploradas em nenhum dos capítulos. Isto reforça mais uma vez a falta de pesquisa nos temas gênero e/ou sexualidade na bibliografia do LD. Entendemos que o (a) aluno (a) pode ser o mais prejudicado, pela falta de oportunidades em sala de aula para conhecer tantas pesquisas que são feitas hoje sobre o assunto.

Neste livro, tanto a bibliografia quanto as atividades didáticas não são o suficiente para abranger o assunto sobre as relações familiares. Porém, o manual do professor traz uma proposta de projeto bem interessante intitulado “Os jovens e as diferenças” que pretende apresentar as diferenças de gênero, etnia, religião, tipo físico, faixa etária, mentalidade, condição física e outras, incluindo as de estilo e visão de mundo. É intrigante o fato disso não ser exposto ao longo dos conteúdos do capítulo. De forma geral, o livro didático consegue seu propósito, que é fazer com que o aluno tenha capacidade de desnaturalizar e estranhar aos acontecimentos que os rodeiam, no entanto com relação às palavras gênero e sexo analisado quanto sua não ocorrência nos capítulos, é que nos faz pensar de que forma estes temas possam ser trabalhados na sala de aula.

Capítulo 4 - Observações finais

Ao concluir este trabalho que tem como objetivo discutir a forma de tratamento dado aos temas gênero e sexualidade nos livros didáticos adotados pelas escolas públicas de ensino médio, no período 2012-14, situamos estes temas no debate sobre juventude, escola, socialização e diversidade, assim como observamos as normatizações escolares. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental com análise de conteúdo. É importante lembrar, como afirma Meucci (2013, p. 76) que o livro didático não serve apenas como ferramenta de ensino e aprendizado, mas como bem cultural. Se o jovem do ensino médio conhecer mais pesquisas em Ciências Sociais, ele pode ficar mais disposto para enfrentar os desafios de um mundo tão complexo cheio de mudanças, e isso faz com que a sociologia escolar seja essencial na vida do jovem adolescente. É através desta disciplina que os conteúdos da sala de aula podem ser orientados pelas inúmeras pesquisas que são produzidas hoje, nos centros acadêmicos de Ciências Humanas.

No que se refere à juventude e escola, quando pensamos em ensino médio, nos vem à mente, adolescentes, juventude, maturação, crescimento, desenvolvimento social e, conseqüentemente, problemas a serem resolvidos. Ainda temos muitas perguntas sem resposta. De fato, é nessa fase da vida do jovem estudante que há uma preparação intelectual, porém também uma preparação para a vida adulta, quando são construídas coletivamente suas identidades. E a escola, com certeza, tem sua grande parcela de participação entre tudo o que pode fazer esta juventude.

Quanto à socialização dos jovens, fica indicada na bibliografia uma disposição positiva da juventude em relação às instituições, de um modo geral, e especialmente quanto à família e à escola. Entretanto, ele destaca a carência de estudos que tratem o jovem como sujeito social, ou seja, os estudos dos processos de socialização da juventude observam pouco o ponto de vista do jovem. Dai a importância de estudarem mais sobre gênero e sexualidade.

A discriminação existente nas escolas se dá aos papéis atribuídos para os homens e mulheres, evidenciando a fragilidade como uma característica feminina, enquanto que o homem é exaltado por sua masculinidade. E esta não é uma forma contemporânea de pensar

sobre a juventude e toda a sociedade, como nos mostram as pesquisas em Ciências Sociais, e é uma reafirmação de preconceitos.

Isto se torna questionável, pois os jovens estão no mesmo ambiente, mas se sentem em mundos diferentes. Em geral, aos alunos são permitidas certas coisas diferentes daquelas permitas às alunas. Acabar com o silêncio e o tabu em torno das questões de gênero e sexualidade requer professores/as, gestores/as preparadas para lidar com conflitos pertinentes ao tema no cotidiano escolar. Uma sociedade machista e/ou homofóbica, na qual a discriminação é clara, deveria ter no ambiente escolar um espaço para a crítica e não apenas para a reprodução dos preconceitos. Podemos observar diversidade cultural presente nas escolas as quais acolhem diversos tipos de jovens, e esta precisa de um olhar mais atento.

Existe um relativo impasse entre as normatizações sobre os temas trabalhados no ensino médio, no que diz respeito à sexualidade e que os jovens estudantes ainda estão longe de serem os protagonistas nos estudos e pesquisas sobre o tema, o que nos aponta para um longo debate para um futuro próximo.

Entendo que este trabalho comprova à falta de referência à pesquisa no tema gênero e/ou sexualidade nos livros didáticos, onde o mais prejudicado é certamente o aluno do ensino médio e o seu professor. Aos alunos, caberá procurarem esclarecimentos fora da escola, o que pode ser contraditório: o aluno se interessa pelo assunto, mas a escola não dá muito espaço para isso; existe a possibilidade de que se o aluno encontrasse assuntos interessantes na escola, ele iria gostar mais e participar mais da escola.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro Paulo (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Orientações Curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. v. 3.
- BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- BOMENY, Helena (Org.) FREIRE-MEDEIROS (Org.), Bianca. *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. Editora Brasil, 2010.
- CORDEIRO, F. *Negociando Significados: Coerção sexual em narrativas de jovens brasileiros*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- CHARLOT, Bernard. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (orgs.). *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 203-221.

- DAYRELL, Juarez. Juventude, socialização e escola. In: DAYRELL, Juarez [et al.] (orgs.). *Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.298-322.
- DAMASCENO, Maria Nobre. Juventude: educação e cidadania no contexto da diversidade cultural. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/186.pdf>
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44. ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GUTERRES, Simone Bastos. O debate de gênero na escola: uma proposta para transformação. In: FIGUEIREDO, Andre Videira; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de PINTO, Nalayane Mendonça. *Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012, p. 247-262.
- MEUCCI, Simone. Notas para um balanço crítico da produção recente dos livros didáticos de sociologia no Brasil. In OLIVEIRA, Luiz Fernandes (Org.). *Ensino de Sociologia: desafios teóricos e pedagógicos*. Seropédica, RJ: ed. da UFRJ, 2013.
- NOVAES, Regina (2005). Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro Paulo (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- PAIXÃO, Lea Pinheiro. Socialização na escola. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (orgs.). *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 222-243.
- SANTOS, Daniela Barsotti, SILVA, Rosalina Carvalho. *Sexualidade e Normas de Gênero em Revistas*. São Paulo, 2008.
- SOARES, Swamy de Paula Lima. Juventude e Diversidade: considerações sobre o perfil dos participantes do PROJOVEM . 25º Simpósio da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, PUC SP, 2011. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011>
- TOMAZI, Nelson. *Sociologia para o Ensino Médio*. 1 ed. SP. Atual, 2007.
- WELLER, Wivian. Articulando gênero, raça e sexualidade. In: DAYRELL, Juarez [et al.] (orgs.). *Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: editor

UFMG, 2012, p.425-444. Política e Administração da Educação, PUC SP, 2011. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011>